



**Universidade de Brasília – UnB**

**Faculdade de Educação - FE**

**Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP-GeR**

Analine Specht

**Institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:  
uma perspectiva de gênero**

**Brasília**

**2014**

Analine Specht

**Institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:  
uma perspectiva de gênero**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Política Pública de Gênero e Raça.

Orientadora: Maria da Conceição da Silva Freitas

**Brasília**

**2014**

Analine Almeida Specht

**Institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:  
uma perspectiva de gênero**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da aluna

Analine Almeida Specht

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria da Conceição da Silva  
Freitas

Professora-Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Msc. Joanne Neves Fraz

Professora-examinadora

Brasília, 01 de junho de 2014

## **Resumo**

A institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), marcou a retomada deste serviço por parte do Estado e possibilitou a reorientação programática da política na última década. O caráter descentralizado e a ênfase na metodologia de atuação fazem da PNATER a política mais importante para o conjunto da agricultura familiar, dada à capacidade de potencializar as demais políticas de fomento produtivo, comercialização, participação e gestão sociais, especialmente. O processo de reestruturação e rearranjo do Estado compreende, também, a implementação de iniciativas de orientação feminista no âmbito das políticas executadas pelo MDA por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. A promoção da autonomia das mulheres rurais passou a integrar o conjunto das políticas de desenvolvimento rural com maior apropriação na PNATER dado o seu caráter e forma de intervenção direta na unidade de produção familiar. Este trabalho buscou identificar e analisar como a estratégia de institucionalização da PNATER incorporou a perspectiva de gênero na última década, por meio de revisão da literatura e consulta a documentação primária e secundária referente ao tema. Foram abordadas as estratégias referentes à institucionalização de organismo específico de política para as mulheres rurais, operacionalização da política e processos de participação e articulação social. Por fim foram apontados elementos que podem contribuir ao fortalecimento da agenda da autonomia das mulheres rurais por meio da PNATER.

Palavras-Chave: Gênero, assistência técnica e extensão rural (ATER), mulheres rurais.

## **Lista de abreviatura e siglas**

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental

AMB – Associação de Mulheres do Brasil

CNATER – Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

CF8 – Centro Feminista 8 de Março

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

COPROFAM – Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DPMRQ – Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas

EMATER – Empresa Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

GTE – Grupo de Trabalho Estratégico

GTO – Grupo de Trabalho Operacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LUMIAR – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para os Assentados da Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MMTR/NE – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

POPMR – Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

PPA – Plano Plurianual

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PROCERA – Programa de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAT – Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar do MDA

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA

SIATER – Sistema Informatizado de ATER

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SOF – Sempreviva Organização Feminista

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

REDE LAC – Rede de Trabalhadores Rurais da América Latina e do Caribe

UBM – União Brasileira de Mulheres

UPF – Unidade de Produção Familiar

## **Sumário**

Introdução.....	8
1.2 Problematização.....	10
1.3 Objetivo geral .....	10
1.4 Objetivos Específicos .....	10
1.5 Justificativa .....	11
2. Referencial Teórico .....	13
3. Metodologia.....	15
4. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER .....	17
4.1 - Breve histórico.....	17
4.2 – A reorientação e o fortalecimento da ATER .....	19
4.3 Implementação da PNATER .....	20
4.4 Lei de Ater .....	22
4.5 As mulheres na PNATER.....	22
5. Estratégias de incorporação da perspectiva de gênero na PNATER.....	25
5.1 Arranjo Institucional .....	25
5.2 Operacionalização.....	29
5.3 Participação e articulação social .....	37
5.4 Considerações finais .....	42
Referências .....	44

## Introdução

Em 2003 o Governo Federal reorientou as políticas públicas e o caráter do Estado sob o mandato do Presidente Lula sob a perspectiva intervencionista na estrutura da sociedade como estratégia de superação das desigualdades sociais, econômicas, regionais entre outras. O Estado brasileiro passa a reconhecer as desigualdades e a reorientar as políticas públicas no sentido de garantir direitos básicos como cidadania e alimentação, bem como promover uma ampla redistribuição de renda e reinserção produtiva. Neste período as políticas de desenvolvimento rural são fortalecidas e ampliadas com vistas a promover a democratização do acesso a terra, ampliação da renda agrícola, articulação territorial e promoção da igualdade de gênero, raça e etnia. Como resultado dos esforços do governo federal e das lutas sociais o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>1</sup> passa a executar políticas direcionadas para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e mulheres rurais, público abrangido pela Lei 11.326/2006.

Em 2003 a ação de assistência técnica e extensão rural passa à coordenação do MDA como parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura Familiar por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). Em 2004 nasce a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), ainda que informalmente, como instrumento para consolidar o conteúdo da prestação dos serviços como princípios, diretrizes, objetivos, estratégias, metodologia e gestão. A PNATER foi construída com ampla participação envolvendo movimentos sociais, organizações não governamentais, empresas prestadoras estaduais (EMATERs), Governos de Estado, organizações de pesquisa entre outros. A construção da PNATER explicita a necessidade de afirmação de outra lógica na prestação de serviços de ATER pautada, entre outros, pelo desenvolvimento rural sustentável, qualificação da produção, melhoria na qualidade de vida no campo e reconhecimento da diversidade e pluralidade da agricultura familiar que se traduz em enfoques de gênero, raça, etnia e geração.

O reconhecimento das desigualdades de gênero e raça e a criação de institucionalidades para execução de políticas para as mulheres e de promoção da igualdade racial também marcam a reorganização do Estado a partir de 2003. Destacam-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres vinculada a Presidência da República e o

---

<sup>1</sup> Criado pela MP 1.999-14 de 14 de janeiro de 2000 em substituição ao Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar que fora criado no Governo Fernando Henrique Cardoso em resposta a pressão dos movimentos sociais após graves conflitos fundiários que eclodiram na década de 1990.



fortalecimento da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) na estrutura do MDA, vinculada a Secretaria Executiva deste. A visibilização da agenda das mulheres rurais foi resultado das mobilizações dos movimentos de mulheres rurais e feministas que pautaram a construção de políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade de gênero no campo. A atuação dos movimentos de mulheres e feministas associada à orientação política do Estado possibilitou avanços significativos na execução de políticas públicas voltadas a autonomia das mulheres rurais.

A PNATER ganha centralidade neste contexto devido à descentralização, capilaridade e caráter de articulação para o acesso as demais políticas públicas. Por meio da ATER são construídas estratégias de acesso ao crédito, ampliação da produção, qualificação da gestão, acesso a mercados entre outros. A PNATER tem potencial de alterar as relações de gênero no campo, dada sua característica de articulação e formação dirigidas aos indivíduos que integram as unidades de produção familiar.

Pode-se identificar avanços no campo da institucionalidade da PNATER com a incorporação da perspectiva de gênero na última década. A criação da ATER Especializada para Mulheres Rurais é a expressão máxima destes avanços. Além disto, muito se avançou na qualificação de metodologias, adequação de instrumentos, ampliação da participação das mulheres na ATER mista (direcionada a unidade de produção familiar), incremento no orçamento de ATER para as mulheres. Soma-se a isto a ampliação da participação das mulheres nos espaços de gestão e controle social da PNATER.

A importância da PNATER para a construção efetiva da autonomia das mulheres rurais decorre fundamentalmente de sua atuação direta na unidade de produção familiar, sendo esta o locus da desigualdade de gênero. A prestação dos serviços de ATER pode visibilizar o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres estimulando a socialização destes no interior da família e com o Estado. A identidade e reconhecimento das mulheres rurais como agricultoras familiares estão intrinsecamente ligados ao estímulo a produção agrícola e a valorização do trabalho realizado por elas.

A incorporação da perspectiva de gênero na PNATER é complexa e ultrapassa a afirmação de diretrizes, princípios e orientações políticas. Requer a construção e internalização de metodologias, ajustes de instrumentos operacionais, direcionamento das atividades produtivas contemplando aquelas desempenhadas pelas mulheres. A efetividade e a eficácia da incorporação da perspectiva de gênero na PNATER necessita da participação das mulheres rurais em todas as etapas desde a elaboração, estratégias de implementação, gestão e controle social até o monitoramento e avaliação da política. Tais aspectos devem ser

analisados a partir da história de institucionalização da PNATER na última década e a consequente incorporação da perspectiva de gênero em seu escopo.

### ***1.2 Problematização***

A complexidade da incorporação de gênero na PNATER decorre da amplitude da política, dos diversos atores e atrizes envolvidos no processo de elaboração e execução além do aparelho administrativo do Estado. Na última década ocorreram avanços na prestação dos serviços de ATER para as mulheres rurais resultantes da orientação política do Governo Federal e da reivindicação dos movimentos sociais.

Entretanto, o reconhecimento de tais avanços se dá no campo da afirmação política e do conhecimento empírico a respeito da PNATER, que são legítimos e necessários na arena de disputa na sociedade e no ambiente de Governo. No que diz respeito à sistematização e análise da política é preciso identificar como a perspectiva de gênero esteve presente na história da PNATER na última década? Qual(is) a(s) institucionalidade(s) de gênero na PNATER? Quais são os instrumentos operacionais da PNATER que podem garantir a perspectiva de gênero?

Assim, esta pesquisa busca compreender como a estratégia de institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) incorporou a perspectiva de gênero na última década.

### ***1.3 Objetivo geral***

Analisar as estratégias que levaram a incorporação da perspectiva de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER

### ***1.4 Objetivos Específicos***

Sistematizar a história da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER na última década.

Analisar os instrumentos operacionais da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER sobre a perspectiva de gênero.

Identificar a incorporação das estratégias de gênero nas institucionalidades da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER

### 1.5 Justificativa

A perspectiva de gênero esteve ausente da prestação de ATER ao longo dos anos e reproduziu a invisibilidade do trabalho das mulheres, internalizando a divisão sexual do trabalho na forma de prestação de serviços, destinados à unidade de produção familiar. Os serviços de Ater para mulheres na grande maioria orientavam-se pelo cunho assistencial e/ou reforçavam a separação entre trabalho doméstico e produtivo estimulando atividades caseiras e artesanato de utilidade para a casa (Specht, 2011).

A partir de 2003 com a nova configuração institucional e o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, inicia-se a reconstrução da política de Ater tanto na sua concepção como na sua metodologia. A elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) direcionou esforços no sentido de contemplar ações e diretrizes para além do atendimento ao público da agricultura familiar. Os princípios da PNATER,

*pautam-se pela construção do Desenvolvimento Rural Sustentável voltado com exclusividade para o segmento da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF; procura adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de enfoques metodológicos participativos; estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões; desenvolver processos educativos permanentes e continuados” (Pág. 07).*

Essa Política nasceu a partir de uma análise crítica dos resultados da Revolução Verde e dos problemas evidenciados pelo difusionismo, propondo-se a ser um instrumento novo e capaz de contribuir decisivamente para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural sustentável e com igualdade, tanto no que diz respeito ao público beneficiário, na prática e metodologia extensionista, como nos enfoques tecnológicos e nos arranjos institucionais.

Os avanços no campo institucional também ocorreram nas políticas voltadas para as mulheres rurais. O Programa de Ações Afirmativas criado em 2001 pelo MDA tornou-se em 2003 o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), atual Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais<sup>2</sup> (DPMR). Papa (2012) ao analisar a transversalidade como instrumento estratégico para a gestão de políticas públicas para as

---

2 O Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) tornou-se Assessoria Especial de Gênero e Raça (AEGRE) e atualmente Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais que contando com quatro ações orçamentárias próprias. Por meio destas ações são executadas ações específicas para as mulheres rurais, bem como a transversalização nas políticas e ações mistas desenvolvidas pelo Ministério.

mulheres afirma que a experiência da DPMR/MDA é a melhor sucedida na promoção de políticas de igualdade com incorporação positiva de gênero em caráter transversal, exercendo o “*equivalente ao que se espera da SPM*”. A DPMR/MDA executa no âmbito da PNATER ações transversais para mulheres rurais, bem como a Ater Setorial para Mulheres que serão abordadas no decorrer desta pesquisa.

A sanção da Lei 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, é resultado dos esforços os últimos anos pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para recuperar e fortalecer o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural brasileiro. A reestruturação e qualificação da Ater como política pública materializa-se através da ampliação do aporte financeiro, do número e diversidade do público beneficiário. Ao considerar os diversos segmentos da agricultura familiar, o que inclui agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, pescadores e pescadoras artesanais, extrativistas, comunidades quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, a política orienta-se pela busca da inclusão social e superação das desigualdades, com os princípios e conceitos do desenvolvimento rural sustentável.

A política de Ater avançou significativamente na última década, especialmente sobre a perspectiva de gênero. Se em 2003 a PNATER passava por um processo de reestruturação quanto à orientação, metodologia, princípios entre outros, já em 2010 foi instituída por meio de lei específica tornando-se uma política de Estado. Nos últimos dez anos a PNATER reconheceu a promoção da igualdade de gênero nas áreas rurais como princípio e diretriz na prestação dos serviços, assim como garantiu as mulheres como público beneficiário.

Os estudos e análises sobre a relação ATER e gênero são escassos, especialmente no âmbito acadêmico. Weitzman (2011) analisou a abordagem da perspectiva de gênero na política de ATER nas orientações metodológicas e do serviço prestado por meio dos convênios firmados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário entre 2004 e 2009. A autora apresenta estratégias que contribuíram à implementação de uma política setorial para as mulheres e suas interfaces com a ATER. Weitzman destaca iniciativas de ampliação dos serviços de ATER para as mulheres; a constituição da rede temática de ATER para Mulheres; a criação do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e; a capacitação e formação de agentes de ATER. A pesquisa de Weitzman buscou captar elementos mais amplos relacionados às estratégias de implementação da política setorial para as mulheres rurais compreendendo as relações com a PNATER, mas não exclusivamente sobre esta.

Considerando os avanços tanto nas políticas para as mulheres rurais como na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, compreende-se necessário analisar como a estratégia de institucionalização da PNATER incorporou a estratégia de gênero entre 2003 e 2013.

## **2. Referencial Teórico**

As mulheres representam 47,8% da população residente nas áreas rurais, sendo quase 15 milhões de mulheres, segundo a PNAD 2006. Muitas destas mulheres não têm acesso aos direitos básicos e à cidadania, são as mais afetadas pelos processos migratórios, especialmente as jovens e a maioria delas não são reconhecidas como agricultoras familiares e camponesas. (Butto e Hora, 2008). A dinâmica da agricultura familiar, que compreende a noção de unidade de produção familiar e a economia rural, é fortemente marcada pela desigualdade entre homens e mulheres.

Diversos são os conceitos, teorias e orientações a respeito da desigualdade entre homens e mulheres. A maioria delas converge em torno da ideia de construções de gênero, em que pese críticas à amplitude que o termo carrega. Delgado (2007) faz um resgate histórico no campo da teoria e da orientação política sobre o termo gênero e considera que sua utilização dilui as mulheres como sujeitos políticos e pode levar a invisibilidade das relações sociais entre os sexos. Para Delgado o termo gênero quando utilizado em substituição a “mulheres” e ao “feminismo” pode levar a uma deslegitimação de processos organizativos políticos que são fundamentais na disputa por alterar a situação de desigualdade. A crítica de Delgado advém do conceito de gênero tratado por Scott apud Delgado, que o situa no campo simbólico das relações entre homens e mulheres, não contemplando a base material que determina as desigualdades de sexo, conforme expressa Kergoat apud Delgado.

Para Farias (2005) o termo gênero é utilizado para afirmar a “construção social do ser homem e do ser mulher na sociedade” em cada momento histórico. Para a autora a construção de gênero ocorre em todas as esferas da sociedade, quais sejam: econômica, política, social e cultural. Para Faria o termo comporta elementos materiais e simbólicos, ao passo que a masculinidade e a feminilidade são construtos sociais, entretanto inseridos na divisão sexual do trabalho, essencialmente com base material. Ao considerar gênero como uma categoria de análise a autora aponta a necessidade de que o termo seja contextualizado de acordo com classe, raça, geração, religião e momento histórico como forma de transversalizar e estruturar

o conjunto das relações sociais. O termo gênero será utilizado nesta pesquisa conforme Faria e circunscrito no conceito de divisão sexual do trabalho.

Para situar as desigualdades de gênero no meio rural, será utilizado ao longo desta pesquisa o conceito de divisão sexual do trabalho por entender que este compreende as dimensões que determinam a subordinação e a hierarquia entre os sexos. A conceituação de divisão sexual do trabalho decorre dos estudos das economistas feministas que recolocam a base material como determinante às relações sociais de sexo (Carrasco, 2005, Kergoat e Hirata, 2007).

Segundo Kergoat e Hirata (2007) o conceito de divisão sexual do trabalho permite evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres como sistemáticas e de base material além de permitir a reflexão sobre como a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades e os sexos criando um sistema de gênero. As autoras distinguem o que consideram princípios e modalidades da divisão sexual do trabalho em busca de avançar na definição conceitual. Os princípios seriam a separação, entre trabalho de homens e trabalho de mulheres e, a hierarquia valorização diferente para trabalho de homens e mulheres em favor deles. Estes princípios seriam válidos em todas as formas de sociedade conhecidas no tempo e no espaço. As modalidades estão relacionadas ao que as autoras chamam de “*plasticidade*” e a diferença entre a condição das mulheres que pode variar no tempo e no espaço e a distância entre homens e mulheres que tem caráter estável.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho na agricultura familiar esta é caracterizada pela invisibilidade do trabalho das mulheres que é considerado “ajuda” ao trabalho produtivo realizado pelos homens que são compreendidos como “chefes de família”. As mulheres são relegadas ao trabalho domésticas e as atividades de cuidados com a família. A invisibilidade, não remuneração e desvalorização do trabalho das mulheres rurais determina a não identificação delas como agricultoras familiares, categoria esta estritamente ligada à noção de produção. Em que pese às mulheres rurais atuarem fortemente nas atividades produtivas especialmente nos quintais produtivos, hortas, criação de aves e pequenos animais, entre outros que variam conforme a região do país. O desempenho das mulheres na produção não se traduz em participação na gestão econômica da família e tão pouco nos espaços de comercialização (Nobre, 2005).

Nobre aponta ainda que a desigualdade de gênero presente no meio rural se manifestam desde a juventude em que os homens jovens apreendem desde meninos as atividades produtivas realizadas pelos pais, ao passo que as mulheres jovens se dedicam as tarefas domésticas e de consumo atribuídas às mães. Esta situação se reflete mais tarde na

linha sucessória da terra em que homens são os herdeiros naturais da propriedade e as jovens mulheres precisam casar e compor a unidade familiar de outro homem para permanecer no meio rural. Nobre ao citar estudo de Woortmann aponta fatores relacionados à reprodução do modo de vida da agricultura familiar e camponesa que contribuem para a subordinação e opressão das mulheres rurais como o valor a família e a lealdade à tradição.

A desigualdade de gênero no campo é complexa, com raízes materiais e subjetivas, o que permite à política pública articular e relacionar a proposição de Fraser (1997) de afirmação e transformação social. Fraser propõe que o Estado responda as demandas por afirmação e transformação social por meio de políticas públicas de caráter afirmativo e redistributivo de forma articulada com vistas a promover a justiça social. Esta orientação parece a mais adequada em se tratando da promoção da igualdade de gênero no meio rural, já que a condição das mulheres é determinada por aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. A articulação de conceitos e orientações proposta por Fraser está intrinsecamente ligada à estratégia de execução das políticas e pode ser complementada pela proposição de Santos (1999) ao tratar das formas adotadas pelo princípio do universalismo em relação ao enfrentamento às desigualdades. Santos traz as duas formas que o universalismo pode assumir, quais sejam: o universalismo antidiferencialista e o universalismo diferencialista. Segundo o autor o primeiro diz respeito à normalização homogênea, descaracterizando as diferenças como no caso da cidadania e dos direitos básicos. O segundo diz respeito a absolutização da diferença quando se trata de públicos, temas, condições, entre outros que requeiram tratamento específico, não comportáveis no universalismo antidiferencialista. As proposições de Fraser e Santos coadunam com as estratégias de implementação da política pública que parece a mais adequada e ampla de articulação entre ações transversais às demais políticas e àquelas específicas para as mulheres. Esta compreensão de estratégia e concepção de execução das políticas públicas para as mulheres orientará a presente pesquisa.

### **3. Metodologia**

Esta pesquisa utilizou metodologia qualitativa por compreender que nesta, a interpretação é inserida na realidade social, comportando o contexto político que permeia a pesquisa e a problemática (CHIZZOTTI, 2003). O método qualitativo permite que fatos

coletados pela pesquisadora, também possam compor o conjunto de dados (GODOY, 1995). Estas perspectivas da metodologia qualitativa são resultado dos avanços históricos no campo das pesquisas em ciências sociais e humanas que romperam com a lógica do positivismo determinada pela neutralidade da pesquisadora (CHIZZOTTI, 2003). Considerando a perspectiva histórica, a pesquisa qualitativa originou grande diversidade de métodos de trabalho, estilos de análise, de apresentação de resultados e de compreensão quanto aos sujeitos (GODOY, 1995).

O materialismo histórico dialético orienta a pesquisa e a análise por ser uma perspectiva capaz de compreender as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho como determinantes à invisibilidade das mulheres rurais nas políticas públicas. Esse método tende a analisar o real a partir de suas contradições e suas relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Busca analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento captando as categorias mediadoras que possibilitam sua apreensão numa totalidade. Conforme Frigotto (1989, p.73):

*[...]quero demarcar primeiramente a dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica.*

O contexto teórico orienta a análise da estratégia de institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a incorporação da perspectiva de gênero na última década.

Foram analisadas a história da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na última década, a incorporação das estratégias de gênero e como estas se traduziram em instrumentos operacionais da política.

A revisão bibliográfica buscou identificar produções acadêmicas, técnicas, governamentais entre outras a respeito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, concepções de gênero e mulheres rurais. A revisão bibliográfica permitiu estabelecer a relação entre a condição social das mulheres rurais, determinada pela divisão sexual do trabalho e pela desigualdade, e a incorporação da perspectiva de gênero na PNATER.

Após a revisão bibliográfica foi realizada pesquisa documental com fontes primárias e secundárias (GIL, 1999) disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Agrário com vistas a identificar as estratégias institucionais e operacionais de incorporação da perspectiva de gênero na referida política.



As informações coletadas permitiram analisar se a estratégia de institucionalização da PNATER foi determinante à incorporação da perspectiva de gênero e identificar se os instrumentos operacionais correspondem com as estratégias de institucionalização da política.

#### **4. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER**

##### ***4.1 - Breve histórico***

A implementação dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil remete ao processo de modernização agrícola da década de 1940. Este período foi marcado, entre outros elementos, pela escassez de alimentos e pelo grande número de populações em situações de miséria e fome com o fim da 2ª Guerra Mundial, gerando a necessidade de suprir os mercados e garantir o abastecimento de alimentos. Os países industrializados passaram a desenvolver um conjunto de técnicas com vistas a aumentar significativa e rapidamente a produtividade agrícola e resolver o problema da fome. A concepção dominante no período estava baseada na ideia de modernização compreendida como melhoria de vida, por meio da mecanização e da aceleração do processo produtivo, sendo conhecida como Revolução Verde. (Specht, 2011). A Revolução Verde pode ser entendida como um modelo econômico de desenvolvimento para o campo, hegemônico no mundo inteiro a partir da década de 1960, que preconizava o aumento da produtividade e da especialização da produção agrícola mediante processos de modernização tecnológica, intensivos no uso de capital e de insumos industrializados. Apoiado em políticas públicas (pesquisa e assistência técnica) e em subsídios (através do crédito a juros negativos, por exemplo) promoveu a chamada “industrialização” da agricultura, vinculando o setor agrícola, a montante e a jusante do processo produtivo, às cadeias agroindustriais. Muitas são as críticas às consequências desse modelo, tanto no que se refere à concentração de renda e poder no campo, quanto à degradação ambiental que produziu (Duarte e Siliprandi, 2006).

A metodologia de trabalho fundamentava-se no entendimento da necessidade de qualificação do trabalho no campo simultâneo ao aumento de produtividade. Para tanto, as equipes técnicas buscavam transmitir aos diferentes níveis de agricultores as inovações tecnológicas para adoção da mecanização e do pacote agroquímico na atividade agrícola (Hora, 2008). As instituições utilizavam metodologias de comunicação e difusão de informações para transmitir princípios, regras e práticas para o meio rural (Duarte e

Siliprandi, 2006). Em 1956 é criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, cuja atuação era restrita a assessoria para acesso ao crédito dentro do pacote tecnológico positivista e dependente de insumos externos.

A partir dos anos de 1960 o difusionismo marca os serviços de ATER, caracterizado pela “superioridade dos saberes” da extensão e pela lógica desenvolvimentista. Neste período a extensão rural passa a ser altamente especializada e produtivista, as instituições passam a ser mais centralizadas e ampliam os instrumentos de controle e supervisão (Kreutz, 2005).

A primeira institucionalidade de caráter nacional ocorre na Ditadura Civil Militar na década de 1970, com a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). O processo de modernização da agricultura foi responsável por gerar alta seletividade dos agricultores e trabalhadores na atividade agropastoril, precarização do trabalho rural, êxodo rural, mudança na relação campo-cidade, abertura das fronteiras agrícolas, elevado passivo ambiental, entre outros (Hora, 2008).

A política neoliberal do Governo Collor causou a extinção da Embrater nos anos 1990, levando a uma maior dependência das empresas prestadoras em relação aos Governos Estaduais e pouco alterou a concepção e metodologias vigentes. A ausência do Estado no apoio e orientação da prestação de ATER abriu espaço para a atuação de organismos internacionais e seus pacotes tecnológicos e metodológicos, especialmente o Banco Mundial. A Ater passa a ser coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de forma precária e com orçamento ínfimo. A metodologia da prestação dos serviços de Ater ofertados pelas empresas não reconhecia a diversidade tipológica da agricultura, atuando de forma marginal ou inoperante na identificação de especificidades e na orientação da agricultura de base familiar.

É neste período que os movimentos sociais do campo intensificam as mobilizações pautadas contra o neoliberalismo e provocaram avanços como a criação do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para os Assentados da Reforma Agrária (Lumiar). Essas iniciativas contribuíram na introdução de metodologias de Ater específicas para a agricultura familiar. Estas experiências e acúmulos subsidiaram o desenvolvimento de políticas e estruturas públicas subsequentes como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, que reaproximou e priorizou os serviços de extensão rural e assistência técnica para a elaboração de projetos de acesso a crédito. Ainda neste período as políticas agrícolas desenvolvidas não

consideravam a trajetória e o modo de vida da agricultura familiar, sendo esta pautada pela lógica da agricultura de grande porte chamada patronal ou empresarial.

#### **4.2 – A reorientação e o fortalecimento da ATER**

A partir de 2003 a Ater passa a ser coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário num processo de construção de uma política de Ater capaz de atender a agricultura familiar, promover a transição para agricultura uma sustentável e articular as políticas públicas de desenvolvimento rural. A conjuntura do governo popular de estímulo a processos participativos e de (re)construção de um Estado forte conformou um cenário bastante favorável para a implementação de uma Política de ATER para responder aos anseios da sociedade e, em especial, de quem vive e produz em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais, incluindo as não agrícolas (Silva, s/d).

A Política Nacional de ATER foi construída num ambiente participativo em articulação com os órgãos do governo federal, ouvindo os governos estaduais e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação da agricultura familiar e dos movimentos sociais atuantes neste tema. Segundo Caporal (2008) a construção e estabelecimento da PNATER não foram permeados por grandes disputas, o que pode ser decorrente da lacuna proporcionada pelo abandono do Estado e pelos debates ocorridos nos anos anteriores sobre a necessidade e urgência do apoio do Governo Federal a esses serviços.

A PNATER é organizada e orientada pela missão da assistência técnica e extensão rural, afirmando conceitos de atuação capazes de romper com a lógica produtivista e difusionista,

*Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Pág. 9).*

Os objetivos da PNATER explicitam a adoção da agroecologia como matriz produtiva e eixo orientador da prestação dos serviços. Reconhece atividades ligadas ao modo de vida e de reprodução da agricultura familiar como pesqueira e extrativista, além das não agrícolas. Da mesma forma o público definido pela PNATER reconhece como beneficiários para além

da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF.

Os princípios da PNATER afirmam forma de operacionalização, conteúdo e metodologia da prestação dos serviços. A Ater deve ser pública, gratuita com qualidade e quantidade suficiente para fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável. A abordagem metodológica deve ser participativa, multidisciplinar e interdisciplinar, além de desenvolver processos educativos permanentes e continuados com enfoque dialético, humanista e construtivista. Também deve estabelecer um modo de gestão que propicie a democratização das decisões, a construção da cidadania e facilite o controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades.

As diretrizes da PNATER apontam para o que se espera da atuação extensionista e retomam a essência do caráter da assistência técnica dado pelo processo de educação não formal e pela necessidade de articular as políticas públicas por meio da compreensão integral do local. Destacam-se o apoio ao desenvolvimento econômico equitativo e solidário, o estímulo a produção de alimentos, conservação dos recursos naturais, geração e inovação tecnológicas. Buscar a participação efetiva de instâncias municipais e estaduais e dos agricultores familiares na gestão da PNATER, viabilizar parcerias com organizações públicas e privadas, garantir planos e programas de Ater adaptados as diferentes regiões e territórios. Reconhecer as diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas e viabilizar ações de Ater dirigida a juventude rural, de modo a assegurar o processo de sucessão.

#### ***4.3 Implementação da PNATER***

A operacionalização da política se organiza na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública no qual participam entidades estatais e não estatais que atendam os critérios estabelecidos pela PNATER, sob coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar – DATER/SAF/MDA.

A gestão é feita pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf por meio do Comitê Nacional de Ater composto por representantes do MDA, entidades estaduais de Ater, sociedade civil e movimentos sociais.

A PNATER proporcionou a criação do Programa Nacional de Ater – Pronater no Plano Plurianual - PPA 2008/2011 com a garantia de orçamento próprio para a política e estabelecimento de metas. Antes disto a Ater era parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, sendo os recursos escassos no montante maior direcionado ao crédito de custeio e investimento. O Pronater é composto por 9 ações executadas pelo MDA, quais sejam: Ater para Comunidades Quilombolas; Ater especializada para Mulheres Rurais (ambas coordenadas pela DPMRQ); Assistência Técnica e Capacitação para Assentados (coordenada pelo Incra); Ater para Áreas Indígenas; Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar do Semiárido; Fomento à Produção de Tecnologias e Conhecimentos Apropriados para a Agricultura Familiar; Formação de Agentes de Ater e Gestão Administrativa do Programa.

Entre 2003 e 2013 a execução orçamentária da PNATER aumentou aproximadamente 10 vezes. Em 2003 foram executados vinte e dois milhões de reais, beneficiando cento e sessenta mil famílias da agricultura familiar e, em 2013 duzentos e seis milhões alcançando a marca de oitocentos e quarenta mil beneficiários. A ampliação e qualificação da oferta dos serviços de ATER, impulsionou as demais políticas de desenvolvimento rural, como o Pronaf cujo orçamento teve um incremento cinco vezes maiores, saindo de cinco bilhões em 2003 para vinte e um bilhões em 2013.

A execução da PNATER ocorreu entre 2004 e 2010 por meio de convênios com entidades estatais, especialmente Ematers e organizações não governamentais, selecionadas por chamamentos públicos de projetos. Neste período os projetos apoiados foram na grande maioria voltados à prestação de assistência técnica e extensão diretamente ao público da agricultura familiar. Além destes, destacam-se os projetos dirigidos ao fortalecimento de redes temáticas de Ater e formação de agentes de ATER.

O maior volume de execução da PNATER concentra-se no DATER/SAF cujo público é compreendido como unidade de produção familiar ou misto (homens e mulheres). Os assentados e assentadas da reforma agrária são beneficiários da Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATEs, que é parte da PNATER, e tem como foco o projeto de assentamento como um todo, por isso seu caráter mais amplo.

#### **4.4 Lei de Ater**

Em 2010 foi sancionada a Lei 12.188, chamada Lei de Ater, que instituiu a PNATER e promoveu o tema como política pública de Estado gratuita e continuada. A lei busca garantir a prestação de serviços qualificados para o público da agricultura familiar e da reforma agrária com o objetivo de universalizar o atendimento no meio rural. O texto da lei explicita os princípios já constantes da PNATER, com o sentido de reiterar o acúmulo metodológico e conceitual construído no último período a partir do amplo debate com movimentos sociais, agricultores e agricultoras familiares, entidades prestadoras de ATER, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Dentre os princípios da PNATER estabelecidos por esta Lei, destaca-se a “*equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia*”, reconhecendo as desigualdades que permeiam o universo do campo. Além da política de assistência técnica, a Lei 12.188 estabelece a redefinição das diretrizes do PRONATER.

#### **4.5 As mulheres na PNATER**

A PNATER significou um grande avanço na retomada e reorientação político metodológica deste serviço. Representou um marco na compreensão sobre as populações do campo, bem como apontou para um novo rural integrado ao processo de desenvolvimento sustentável.

A busca pela transversalidade de gênero, raça, etnia e geração é explicitada na PNATER e reflete o esforço conjunto do governo e de movimentos sociais em contemplar os públicos específicos. Molina (2011) aponta como um dos elementos chave de mudanças constantes na PNATER o reconhecimento da pluralidade e da diversidade das populações do meio rural. Entretanto, o tratamento da transversalidade de gênero, raça, etnia e geração pelo viés da pluralidade e da diversidade, invisibiliza os processos históricos de desigualdade que determinam as diferentes condições de homens e mulheres do campo. Importa destacar que, a agregação das transversalidades de gênero, raça, etnia e geração de forma genérica, não contribui para a real compreensão e adoção de medidas afirmativas dirigidas aos diferentes públicos.

##### **4.5.1 A Ater Setorial para Mulheres**

Para efetivar e materializar as definições da PNATER foi elaborada e implementada, desde 2004 a Ater Setorial para as Mulheres, sob coordenação da Diretoria de Políticas para

as Mulheres Rurais do MDA. Esta ação foi desenvolvida para visibilizar as mulheres e, garantir o atendimento e participação delas na PNATER.

O conjunto das políticas públicas historicamente foi dirigido à família, especialmente aquelas para a agricultura familiar. As mulheres ficavam “subentendidas” como beneficiárias no conjunto das políticas, não aparecendo como protagonistas destes direitos (Hora, 2008). As políticas públicas de desenvolvimento rural consideravam a unidade de produção familiar (UPF) como um universo igualitário representado pelo chefe de família que na grande maioria é o homem. A problematização da noção de unidade familiar como um bloco homogêneo desprovido de conflitos, cujos interesses são comuns e o chefe de família representa os interesses e vontades de todos os membros, permitiu a visibilização das relações de opressão e subordinação inerentes a conformação familiar.

O reconhecimento das desigualdades no interior da família permitiu o questionamento da lógica *familista*, predominante até então, na elaboração e execução das políticas públicas para a agricultura familiar. O avanço em ações e medidas de construção da igualdade de gênero nas áreas rurais, necessariamente exigiu a gradual individualização das políticas públicas em todo o seu processo de desenvolvimento.

A Ater para Mulheres tem por finalidade contribuir para a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da PNATER. Busca fortalecer a organização produtiva, promover a agroecologia, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e, apoiar a articulação dos atores e atrizes envolvidos nesta política em redes.

O caráter da ação de assistência técnica e extensão rural de relação direta e local com o conjunto do público beneficiário faz com que a metodologia e a pedagogia sejam centrais para a qualidade e orientação da política. A política setorial de ATER para Mulheres se apoia numa pedagogia de promoção da igualdade entre homens e mulheres com a adoção de metodologias que possibilitem transformar a divisão sexual do trabalho.

A inclusão de conteúdos e instrumentos pedagógicos de valorização à contribuição das mulheres para a economia rural é fundamental para a desconstrução da ideia de que o trabalho delas é apenas “ajuda” ao masculino. Por meio da ATER para Mulheres foram construídas metodologias e procedimentos compatíveis com a realidade delas como: instrumentos de coleta de informações e diagnósticos; composição de horário das atividades coletivas para não sobrecarregar-las; disponibilização de equipamentos de socialização do trabalho de cuidados com filhos e filhas. Tais procedimentos possibilitaram a ampliação da participação ativa

delas nos espaços de discussão e decisão da extensão rural no âmbito da família, grupo produtivo, comunidade e território.

Um grande desafio colocado para a ATER diz respeito a inclusão produtiva das mulheres em atividades agrícolas e não agrícolas, sem reforçar sua inserção em produções e ações relacionadas à função reprodutiva. Para isso, o conteúdo proposto para a formação de equipes técnicas buscou demonstrar a desigualdade de gênero estabelecida pela divisão sexual do trabalho e, destacar a contribuição do trabalho das mulheres na economia rural. A intervenção proposta dialoga com o histórico da exclusão delas na esfera produtiva, que, se materializa na invisibilidade, menor conhecimento sobre as políticas de geração de renda e pouca trajetória de organização produtiva. Estes elementos orientam a pedagogia utilizada e a busca de mecanismos, políticas e serviços públicos que possam corrigir ou minimizar tais distorções que impedem a construção da autonomia econômica das mulheres rurais.

O maior envolvimento das mulheres rurais nas atividades e ações propostas pela extensão rural está diretamente ligado ao grau de pertença e reconhecimento construído no âmbito da valorização dos seus conhecimentos, cultura local, saberes tradicionais, manejo ambiental, relações sociais entre outros. Para tanto, a compreensão das mulheres rurais como protagonistas do processo de assistência técnica em detrimento da tradicional concepção de beneficiárias passivas, tem maior potencial de promover a inclusão produtiva delas. A disseminação e aprimoramento das metodologias e instrumentos propostos pela Ater para Mulheres ocorreram por meio dos espaços construídos de formação de agentes e de debate da PNATER.

Destaca-se como importante instância a Rede Temática de ATER para Mulheres, constituída em 2008. O objetivo desta rede é subsidiar o desenvolvimento de abordagens e metodologias específicas na área. Também, visa estimular um ambiente inovador de apoio à efetivação das diretrizes e orientações da PNATER dando o suporte necessário para o atendimento qualificado às mulheres rurais. A Rede Temática proporciona um espaço adequado para qualificar e aprimorar a reflexão da prática da assistência técnica e extensão rural para as mulheres rurais. A composição da Rede Temática de ATER para Mulheres foi uma inovação entre as demais<sup>3</sup> constituídas, dado que participam representantes das instituições públicas de Ater (Emater), de organizações não governamentais e de movimentos sociais do campo. Esta composição ampla buscou aproximar as atrizes envolvidas na

---

<sup>3</sup> As demais redes são: Agroecologia, Formação de Agentes, Metodologias Participativas, Diversificação na Agricultura Familiar, ATER para Comunidades Indígenas, ATER para Mulheres Rurais, Leite, Biodiesel, Turismo na Agricultura Familiar, Apoio a Comercialização, Produtos e Mercados Diferenciados, Agroindústria Familiar, Crédito, ATER e Pesquisa.



prestação de Ater para Mulheres de forma a promover a troca de experiências, expectativas e vivências, formando terreno fértil para a qualificação de metodologias e formação.

A ATER para Mulheres é operacionalizada pela DPMRQ e conta com orçamento próprio previsto desde o PPA 2008/2012, antes disto esta modalidade setorial era executada pelos recursos gerais destinados a Ater. A operacionalização ocorre no apoio a projetos que entre 2004 e 2009 eram selecionados por meio de chamamentos públicos específicos que se desdobravam em convênios. Desde 2010 com a vigência da Lei 12.188 a ATER para Mulheres seleciona projetos por meio de chamadas públicas que seguem a Lei 8.666/93 e geram contratos administrativos.

Entre 2004 e 2013 os recursos investidos na ATER Setorial para Mulheres aumentaram em sete vezes, saindo de um milhão e trezentos mil reais em 2004 para sete milhões e trezentos e cinquenta mil reais em 2013. O investimento total é de trinta e dois milhões de reais e beneficiou mais de cinquenta mil mulheres<sup>4</sup>.

## **5. Estratégias de incorporação da perspectiva de gênero na PNATER**

### ***5.1 Arranjo Institucional***

Desde 2003 a orientação política do governo federal conduziu a implementação de políticas públicas de diminuição das desigualdades sociais por meio de novas institucionalidades e do fortalecimento do Estado. Associado ao arranjo institucional, o governo federal criou e qualificou mecanismos de participação social e de protagonismo do conjunto de beneficiários e beneficiárias das políticas públicas.

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e a realização de três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres são importantes resultados da ação do Estado brasileiro que culminaram com os três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM). No âmbito do MDA a criação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas, vinculada a Secretaria Executiva, possibilitou a execução de um conjunto de políticas, programas e medidas direcionadas a autonomia econômica das mulheres do campo. No contexto da implementação de ações e estratégias orientadas a compreensão do Brasil rural contemporâneo o MDA/Inra passou a desenvolver políticas

---

<sup>4</sup> Fonte: DPMRQ/MDA

públicas afirmativas de reconhecimento das mulheres rurais e de resgate de direitos sociais e econômicos.

A DPMRQ é o organismo responsável pela transversalidade de gênero no âmbito do MDA e do Incra. Os objetivos da atuação da Diretoria são: articular e elaborar ações transversais que levem em conta os direitos econômicos das mulheres rurais; implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de igualdade de gênero no âmbito do MDA; contribuir para a formulação de políticas de promoção de igualdade de gênero, observando as relações étnico-raciais e geracionais; articular ações interinstitucionais necessárias para implementação de políticas públicas para as mulheres rurais<sup>5</sup>.

A ampliação do diálogo e do exercício da horizontalidade de relações entre o Estado e a sociedade civil permitiu a elaboração de políticas relacionadas ao novo tipo de desenvolvimento rural que se construiu com as mudanças históricas em curso. Nesse sentido, se reconhece as diferentes identidades sociais, a diversidade ambiental, a necessidade de superação das desigualdades de gênero e raça como elementos centrais a um novo marco na construção da política de desenvolvimento rural.

A visibilidade das mulheres rurais e o reconhecimento de seus direitos estão intrinsecamente ligados à disponibilização e garantia de instrumentos e mecanismos de acesso à cidadania e direitos econômicos. A inexistência de documentação civil básica é resultado das desigualdades de gênero e impossibilita o acesso das mulheres às políticas e serviços públicos. Uma das principais políticas desenvolvidas pela DPMRQ/MDA é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que busca de superar tais entraves e garantir o acesso das mulheres rurais aos direitos sociais e políticas públicas. Este programa inova por ter sua execução potencializada ao ofertar os serviços e políticas públicas diretamente nas comunidades rurais por meio de unidades móveis (ônibus adaptados), chamadas *Expresso Cidadã*. O PNDTR representa o reconhecimento de um direito, fruto das lutas dos movimentos de mulheres que, a partir da década de 1990 impulsionaram as campanhas de mobilização por documentação (Butto e Hora, 2008).

Outra medida de efetivação dos direitos das mulheres, implementada pela DPMRQ, é a qualificação e monitoramento dos instrumentos de acesso a terra, por meio da titulação conjunta<sup>6</sup> obrigatória para os lotes da reforma agrária. O reconhecimento das mulheres como

---

5 Apresentação institucional da DPMRQ disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/dpmr/institucional> (consulta em maio de 2014)

6 Instituída pela Portaria Incra nº 981/2003

titulares da terra permite o acesso delas as demais políticas de desenvolvimento rural e inclusão econômica.

Quanto as políticas de direitos econômicos, além da Ater para Mulheres, a DPMRQ, também, coordena a execução do Programa Interministerial de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) criado em 2008. O programa visa fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das delas às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnico, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista.

O programa é exclusivamente voltado às mulheres rurais. As diretrizes são: promoção da igualdade de gênero; economia feminista; sistemas de produção sustentáveis; geração de renda; raça e etnia; gestão econômica; participação e controle social.

O POPMR busca (re)construir e valorizar a identidade das mulheres rurais como trabalhadoras e/ou agricultoras familiares e promover seus direitos econômicos com vistas a construir a autonomia econômica delas. Outras políticas de organização econômica, elaboradas e monitoradas pela DPMRQ são: os créditos Pronaf Mulher e Crédito Apoio Mulher (exclusivo para assentadas da reforma agrária); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que conta com critérios e metas de acesso das mulheres e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para incentivar a participação das mulheres rurais e a dinamizar o seu acesso às políticas públicas, a DPMRQ e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) desenvolveram uma ação territorial de formação e mobilização. Os convênios Mulheres e Autonomia firmados entre o MDA e a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e o Centro Feminista 8 de Março (CF8) atuaram em 85 Territórios da Cidadania, em todos os estados da federação e o Distrito Federal. A execução das ações territoriais compreendidas por estes convênios se deu por meio da atuação de educadoras territoriais que realizaram atividades de formação, mobilização e articulação entre os atores e atrizes que compõem os territórios, principalmente as mulheres rurais.

A análise das políticas e ações desenvolvidas pela DPMRQ evidencia, destacadamente, três elementos que podem ser relacionados à incorporação da perspectiva de gênero na PNATER. Primeiro a importância de garantir na estrutura formal do ministério um organismo específico, dotado de orçamento e legitimidade política para transversalizar o tema gênero. Segundo a orientação política da Diretoria nitidamente de cunho feminista pautando a autonomia econômica e a socialização do trabalho doméstico e dos cuidados, entre outros.

Terceiro a estratégia de articular políticas específicas para as trabalhadoras rurais e, também, garantir o atendimento destas pelas políticas mistas (voltadas a família).

A transversalidade, intersetorialidade e interseccionalidade de gênero na política pública, requerem um processo complexo de elaboração, articulação, planejamento, execução e monitoramento. Para isto, a criação de uma institucionalidade responsável pela temática de gênero confere legitimidade política, permitindo a transversalidade nas demais ações desenvolvidas no âmbito do ministério. Além disso, a criação de uma institucionalidade de gênero possibilita relativa autonomia administrativa com orçamento e equipe técnica próprios, permitindo o estabelecimento de uma dinâmica e rotina de instrumentos adequada às demandas das mulheres. No caso da DPMRQ o fato de ser ligada a Secretaria Executiva do MDA foi determinante à garantia da transversalidade de gênero para o conjunto do ministério na medida em que explicitou a estratégia política da direção do órgão.

A orientação política da DPMRQ nitidamente feminista pautada pela visibilização das desigualdades de gênero e divisão sexual do trabalho permeia todas as iniciativas e ações transversais e exclusivas para as trabalhadoras rurais. A construção da autonomia econômica das mulheres rurais orienta as políticas públicas de desenvolvimento rural e estrutura agrária fazendo com que em todas as ações do MDA sejam garantidos os recortes de gênero pelo viés feminista. Na PNATER o conteúdo feminista está presente na estratégia de execução, orientação dos serviços, metodologia de trabalho, formação de agentes, articulação das organizações, composição de equipes técnicas e oferta de serviços de socialização dos cuidados.

A estratégia adotada pela DPMRQ para buscar efetivar a perspectiva de gênero na PNATER ocorreu por meio de ações dirigidas exclusivamente para as mulheres com orçamento e instrumentos próprios, bem como pela definição de metas de atendimento às mulheres e qualificação de metodologia para a Ater mista. Tal estratégia dialoga com os elementos que Boaventura (1999) apresenta como características da luta moderna contra a desigualdade e a exclusão que podem assumir características universalistas antidiferencialista e a absoluta diferenciação. Na PNATER estas duas características foram articuladas como mecanismos romper com a dicotomia entre o “*familismo*” como o lócus de política pública e a segmentação das ações para as mulheres. Ao desenvolver as iniciativas da ATER para Mulheres e a incidência sobre a participação delas na Ater mista, a estratégia da Diretoria combinou medidas afirmativas e transformativas conforme enunciado por Fraser (1997).

Os resultados do programa dão conta de avanços no acesso das mulheres às políticas públicas de inclusão produtiva, valorização do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas trabalhadoras rurais e o aumento da renda das mulheres.

## ***5.2 Operacionalização***

A ATER foi executada entre 2003 e 2009 por meio de convênios, sendo as ações para as mulheres desenvolvidas nos chamamentos públicos de ATER para Mulheres, conforme tratado no item 4.3.1. A DPMRQ empreendeu estratégias de intervenção e visibilidade da agenda das mulheres na PNATER.

### *5.2.1 Instrumentos*

As mulheres ficaram ausentes da ATER mista até 2010 sem a destinação de metas de atendimento ou atividades direcionadas a sua organização produtiva, que poderiam romper com a visão dicotômica dos espaços produtivos e reprodutivos conforme apontado por WEITZMAN (2011). Estudo feito pela organização Terra Viva (2009) sobre os projetos apoiados pela Ater mista apontou que dos projetos mistos executados pela rede pública de Ater, houve um alto índice de incorporação das mulheres como público beneficiário em torno dos 40% em âmbito nacional. Entretanto, o estudo mostra que ao analisar o cruzamento do público beneficiário com metas, objetivos, estratégias e atividades a abordagem de gênero não foi efetivamente incorporada. Na maioria dos projetos as mulheres eram apresentadas apenas de forma descritiva, não articuladas à estratégias de qualificação e inclusão produtiva delas. O estudo mencionado analisou os projetos compreendidos no período de 2004 a 2008 e concluiu a falta de intencionalidade da assistência técnica mista para incluir as mulheres rurais nos processos de desenvolvimento rural.

Já os projetos apresentados no âmbito da ATER para Mulheres apresentavam maior consistência das estratégias e metodologias dirigidas exclusivamente às mulheres rurais, que são compreendidas como protagonistas do processo integral do desenvolvimento rural e, não apenas beneficiárias passivas. Nestes projetos 100% dos recursos destinados à execução foram dirigidos às mulheres rurais. O estudo do Terra Viva concluiu que as mulheres se constituíam efetivamente como beneficiárias da assistência técnica quando existia uma ação orientada pelo Estado, tanto no estabelecimento de público beneficiário quanto de adequação metodológica.

A intencionalidade da ATER para Mulheres instrumentalizou-se até 2009 pelos chamamentos público que apresentavam um leque de ações relacionadas a qualificação e diversificação das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, processos de gestão, produção agroecológica, promoção do etnodesenvolvimento, formação de técnicos, participação e gestão social, acesso a políticas públicas de crédito e comercialização, estudos de viabilidade econômica, agregação de valor e gênero e política pública. Pelo menos uma destas ações deveria ser executada em caráter obrigatório.

Avanços na visibilidade e incorporação das mulheres na ATER mista começam a ocorrer com a Lei de ATER, a partir de 2010. Conforme determinação legal o MDA desenvolveu o Sistema Informatizado de ATER - SIATER para agilizar o acompanhamento, fiscalização e monitoria dos projetos de ATER. Conforme o Decreto 7.215<sup>7</sup> Art. 7º os beneficiários e beneficiárias do PRONATER devem atestar o recebimento dos serviços de ATER por meio de formulário próprio com assinatura do agricultor ou agricultora familiar. O ateste dos beneficiários é confrontado com a DAP<sup>8</sup> que tem numeração única, dupla titularidade (homem e mulher em situação de casamento ou união estável) e identifica a unidade de produção familiar. Com vistas a visibilizar o atendimento às mulheres rurais o SIATER passou a identificar os CPFs<sup>9</sup> dos dois titulares da DAP.

A Lei de Ater determinou a realização de uma conferência nacional para elaboração de propostas para o PRONATER e subsídio ao PPA, sob coordenação do Condraf. A Conferência Nacional de Ater – CNATER, realizada em abril de 2012 teve como resultados propostas de qualificação dos instrumentos e de garantia de atendimento às mulheres, entre outros. Entre as propostas aprovadas na CNATER<sup>10</sup> destacam-se duas delas relacionadas a instrumentalização da PNATER:

*Garantir a paridade na participação das mulheres do campo, da floresta e das águas entre os/as beneficiários/as nas chamadas e demais ações de Ater, para as atividades coletivas [...]. (Pág. 10)*

*Assegurar a criação de espaços lúdicos de recreação infantil nas atividades coletivas de Ater (conferências, congressos e encontros) e nas comunidades [...]. (Pág. 20)*

Cabe destacar que foi realizada uma Conferência Nacional Temática de Mulheres preparatória a CNATER. Entre as propostas levadas à CNATER constava o atendimento a

7 Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 – Regulamenta a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária –PRONATER.

8 Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) documento necessário para acesso às políticas públicas do MDA e outras dirigidas ao público rural. É emitido por organizações sindicais de trabalhadores rurais e rede de Ater pública.

9 Cadastro de Pessoa Física

10 Conforme Relatório Final da CNATER disponível no MDA

50% de mulheres do público beneficiário da Ater nas chamadas mistas<sup>11</sup>. Tendo por base as propostas aprovadas na CNATER as chamadas de Ater mista para a agricultura familiar (SAF) e para a reforma agrária (Incrá), passaram a definir percentual de 30% de atendimento para as mulheres nas atividades coletivas. Também passaram a compor as chamadas públicas atividades específicas para as organizações produtivas de mulheres rurais seguindo as propostas da conferência. Também passou a compor a precificação dos serviços de Ater, tanto nas chamadas mistas quanto na de Mulheres, a oferta de espaços de recreação infantil para as atividades coletivas como forma de facilitar a participação das mulheres por meio da socialização do trabalho dos cuidados.

De acordo com dados do Siater<sup>12</sup> 641.848 agricultores e agricultoras estão sendo atendidos pela ATER mista da SAF. Destes 249.404 são mulheres o que equivale a 39% do total geral. Estes dados permite concluir que o atendimento avançou em relação à demanda da CNATER de 30% de mulheres apenas nas atividades coletivas. Destaca-se que a maior participação das mulheres na ATER mista, também pode ter relação com a execução do Plano Brasil Sem Miséria. Desde 2011 a ATER é parte das ações do Plano Brasil Sem Miséria com chamamentos específicos para o público em extrema pobreza rural<sup>13</sup> responsável pelo repasse do Fomento Produtivo no valor de R\$ 2.400 dividido em três parcelas. O repasse deste fomento é integrado ao cartão do Bolsa Família, cuja titularidade é prioritariamente feminina.

A titularidade do cartão do Bolsa Família pode ter contribuído para o aumento da participação das mulheres na Ater mista. A ATER para Mulheres, também executa o fomento produtivo do Plano Brasil Sem Miséria que é direcionado às organizações produtivas das mulheres rurais.

Em outubro de 2013 foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e uma das principais propostas aprovadas foi à definição de atendimento de 50% de mulheres na ATER. Em fins de 2013 as mulheres conquistaram a aprovação da paridade que não foi possível na 1ª CNATER de 2012. Sob o lema “*o rural que a gente quer tem 50% de mulheres na ATER*” a mobilização das trabalhadoras rurais conquistou uma bandeira histórica na incorporação da perspectiva de gênero na PNATER. As chamadas de Ater<sup>14</sup> publicadas no final do ano de 2013 voltadas para a agroecologia já contemplam o atendimento obrigatório de 50% de mulheres.

### 5.2.2 Entidades executoras

---

11 Segundo relatório da Conferência Nacional Temática de Mulheres preparatória a 1ª CNATER.

12 Dados extraídos do SIATER em 10 de março de 2014, relativos aos contratos vigentes até 2013 da SAF, excluídos do Incra.

13 População rural com renda de até R\$ 70,00, incluídas no CadÚnico do Governo Federal.

14 Chamadas e chamamentos de Ater disponíveis no sitio do MDA em <http://www.mda.gov.br/portalmda/chamadas-publicas>

Além da qualificação dos instrumentos operacionais a DPMRQ também, buscou intervir junto às entidades prestadoras de ATER. Com a ampliação da perspectiva de gênero na PNATER uma grande diversidade de instituições se engajou na prestação da ATER para Mulheres desde 2004. Dentre estas, a maioria são entidades não governamentais e associações de caráter misto. As entidades feministas ou organizações vinculadas aos movimentos de mulheres rurais foram se envolvendo gradativamente no campo da prestação de ATER (Weitzman, 2001). A habilitação de uma entidade como prestadora de ATER requer um credenciamento prévio que deve ser feito junto aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e ao MDA, conforme disposto na Lei de ATER. Para isto a entidade deve obedecer alguns critérios: contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural; estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos; possuir base geográfica de atuação no Estado em que solicitar o credenciamento; contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade; dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso; atender a outras exigências estipuladas em regulamento.

As instituições governamentais apresentaram maior experiência na prestação de assistência técnica, entretanto, é necessário considerar que as organizações não governamentais foram reconhecidas como Agentes de ATER pública apenas a partir da PNATER em 2004. As entidades e órgãos públicos de ATER têm pouca experiência na atuação com projetos que contenham recorte de gênero, tanto no que se refere a sua institucionalização como na trajetória de execução. As organizações não governamentais são mais recentes no processo de assistência técnica, com menor tempo de vida e precária estruturação física e instalada.

Em 2010, ocasião de publicação da Lei de ATER a DPMRQ promoveu Seminários Estaduais por meio dos convênios Mulheres e Autonomia com o objetivo de divulgar os dispositivos da lei e mobilizar as entidades públicas e privadas para prestação de serviços para as mulheres. Estes seminários contaram com a participação do conjunto das entidades públicas e privadas, movimentos sociais de mulheres, rurais e feministas além das próprias beneficiárias. Estes seminários foram de extrema importância para adequação dos estatutos sociais, especialmente das organizações não governamentais.

Com as mudanças promovidas pela Lei de ATER a Comissão de Credenciamento do MDA, existente desde 2004 e coordenada pelo Dater/SAF, passou a incluir a DPMRQ, assim como outras secretarias do MDA e o Incra. A participação da Diretoria de Mulheres neste



Comitê é importante para avançar nos critérios e qualificação do processo de credenciamento contemplando as entidades feministas e aquelas com experiência em ATER e demais atividades de formação junto às mulheres rurais.

A composição das equipes técnicas das organizações governamentais e não governamentais também foi objeto de tratamento por parte da DPMRQ e da SAF contemplando demandas dos movimentos sociais e de mulheres rurais. Historicamente a composição se mostra majoritariamente masculina e ligada às áreas das ciências agrárias, sendo as mulheres uma minoria com atuação nas ciências humanas o que reforça as atividades femininas ligadas à reprodução. Especialmente na rede pública de ATER a composição técnica não era multidisciplinar e tão pouco privilegiava a participação das mulheres técnicas como extensionistas com atuação na qualificação da produção. As técnicas mulheres na grande maioria eram direcionadas para o trabalho de assistência social que por sua vez era dirigido às trabalhadoras rurais, o que não contribuía para o maior envolvimento delas na produção familiar.

Quanto à trajetória das organizações não governamentais estas apresentam um corpo técnico mais equilibrado entre homens e mulheres (Terra Viva, 2009). As organizações não governamentais mostraram uma maior adequação ao perfil técnico, com maior equidade de gênero a partir da contratação de mulheres para funções relacionadas ao trabalho produtivo. Entre as propostas aprovadas na 1ª CNATER uma grande parte delas está relacionada à composição das equipes técnicas e ao estímulo a ampliação do quadro com a participação das mulheres.

*Garantir paridade de gênero nas equipes de Ater para o atendimento a diversidade do público da Pnater, assegurando condições de trabalho decente (conforme OIT, 1999), bem como inserção das mulheres do campo, da floresta e das águas nos cargos de decisão. (Pág. 21)*

As chamadas de ATER elaboradas em 2013 preveem pontuação maior para as entidades que apresentam composição com 50% de mulheres. A pontuação ocorre no momento de análise das propostas técnicas de cada chamamento público. Além disto, experiência em formação e prestação de ATER para mulheres são pontuados na avaliação das propostas.

Estes avanços na qualificação dos instrumentos operacionais de execução da PNATER não foram acompanhados de sistemáticas de monitoramento e avaliação das ações, impossibilitando análises aprofundadas que permitam ajustes e medidas corretivas. A sistemática de contagem de beneficiários pelo SIATER requer ajustes operacionais que permitam o acompanhamento da prestação do serviço integralmente. A identificação das

mulheres beneficiárias da PNATER é precária e estática, ou seja, não permite um acompanhamento e monitoramento constante e atualizado. Assim como o SIATER, a DAP apresenta lacunas na identificação das mulheres, dificultando o acesso inclusive, para outras políticas, como o Pronaf Mulher.

Para que a PNATER se traduza em medida efetiva e contribua para autonomia econômica das mulheres rurais é preciso construir mecanismos de monitoramento das diferentes iniciativas constantes na prestação da política. As medidas afirmativas de visibilização adotadas na PNATER citadas acima como a previsão de atendimento a 50% de mulheres nas chamadas, composição das equipes técnicas e metodologias aplicadas requer meios de monitoramento. A avaliação e monitoramento do cumprimento das metas devem possibilitar a captação quantitativa e qualitativa da execução.

Mecanismos e procedimentos de monitoramento permitem a aferição de indicadores de resultados da PNATER. Atualmente são quantificados apenas indicadores de processo que servem para o acompanhamento interno e qualificação administrativa. Indicadores de renda, transição agroecológica, qualificação da gestão, agregação de valor, acesso a mercados institucionais, convencionais e diferenciados e, as políticas públicas são imprescindíveis para medir a eficácia da PNATER na construção da autonomia econômica das mulheres rurais.

### *5.2.3 Metodologia e Formação*

Ao longo da última década foram desenvolvidas ações de formação de agentes de Ater buscando qualificar a metodologia de trabalho da extensão rural coordenadas pelo MDA. A temática de gênero e a construção de orientações metodológicas são esforços constantes empreendidos pela DPMRQ. A constituição da Rede Temática de ATER para Mulheres, tratada no item 4.3.1 foi fundamental por aproximar e permitir a troca de experiências entre organizações públicas e privadas.

A PNATER orienta para a construção solidária e dialógica de instrumentos de qualificação do trabalho no meio rural, apontando para perspectivas sociais, ambientais e inclusivas, rompendo o enfoque tradicional da assistência técnica atrelado à adoção do pacote agroquímico. No que diz respeito às mulheres rurais os esforços foram no sentido de construir marcos de orientação pedagógica capazes de garantir uma ação de ATER comprometida com a igualdade de gênero.

Valorizar a contribuição das mulheres na agricultura familiar, o seu manejo nas atividades agrícolas, na preservação e contribuição da biodiversidade, no manejo e gestão de pequenos e grandes animais, na contribuição específica para agregação de valor e renda na

unidade familiar, a partir das atividades agrícolas e não agrícolas. Essas são atitudes que tem constituído ação de ATER como importante instrumento para alterar o atual quadro de subordinação e hierarquização de gênero, além de compor um conjunto de princípios indispensáveis a essa nova política.

Entretanto, a condição histórica de marginalidade ainda atinge fortemente essas mulheres, que têm expressão nas formas desiguais de acesso ao conhecimento científico, tecnológico e mecanismos de gestão. A formação e metodologia são determinantes para a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural, tanto que se são temas presentes e inter-relacionados com outros elementos da PNATER.

As propostas aprovadas na 1ª CNATER evidenciam esta centralidade, especialmente no que se refere a públicos e conteúdos específicos. A abordagem metodológica e o conteúdo são determinantes para os resultados propostos pela PNATER.

*Formação continuada dos agentes de Ater para o trabalho específico com as mulheres do campo, da floresta e das águas, que implique a formação em gênero e políticas públicas para as mulheres. (Pág. 21)*

*Capacitar as equipes multidisciplinares de Ater para a transição da agricultura convencional para formas de agricultura de base ecológica, pautadas nos princípios da agroecologia, considerando as realidades locais, regionais e territoriais e as especificidades étnicas, de gênero, geração, culturais, sociais e ambientais dos diversos segmentos que compõem a agricultura familiar e especialmente os que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade sócio ambiental. (Pág. 16)*

*Garantir nas ações de Ater a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho na propriedade, família e sociedade, contabilizando o trabalho reprodutivo, reconhecendo e problematizando com vistas a promover o compartilhamento entre mulheres do campo, da floresta e das águas, homens e Estado. (Pág. 19)*

*Garantir ações de afirmação da identidade das mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, para os homens e para o Estado, por meio da visibilização, reconhecimento, valorização e socialização do trabalho doméstico e não remunerado das mulheres. (Pág. 19)*

*Priorizar a formação para a atuação com os temas de geração, gênero e a utilização de tecnologias apropriadas e adequadas às atividades não agrícolas e agropecuárias, com base nos princípios da agroecologia e da metodologia participativa. (Pág. 34)*

*Garantir nos processos formativos a incorporação de conteúdos que tratem da divisão sexual do trabalho, da economia feminista e metodologia de trabalho com mulheres do campo, da floresta e das águas, para o atendimento das demandas para a superação das desigualdades de gênero no mundo rural. (Pág. 34)*

*Garantir e adotar abordagens metodológicas que estimulem a participação das mulheres do campo, da floresta e das águas na organização produtiva,*

*na agregação de valor de produtos de base familiar, na comercialização, na documentação e na promoção da igualdade de gênero, em especial mulheres do campo, da floresta e das águas jovens e idosas, resgatando e respeitando os seus conhecimentos e tradições em espaços específicos e mistos. (Pág. 42)*

*Desenvolver e aprimorar estratégias e metodologias que trabalhem as relações étnicas, de gênero e geração de forma desigual como alavancadores de mudanças para tornar mais horizontais as relações de poder nos núcleos familiares e organizações. (Pág. 42)*

*Inserir nos processos de formação dos/as agentes de Ater e na capacitação dos membros da unidade de produção familiar à temática das relações sociais de gênero, trabalho reprodutivo e produtivo. (Pág. 42)*

A análise das propostas aprovadas reafirma a necessidade de ampliar as ações de formação, bem como de qualificar o conteúdo e forma de abordagem, pautadas pela divisão sexual do trabalho, relações hierárquicas de gênero e a promoção da autonomia das mulheres rurais. De outro lado ainda permanecem agrupamentos de categorias sociais e públicos de forma genérica e, por vezes descontextualizada que se expressa em gênero, raça, etnia e geração. Por vezes algumas propostas advindas da conferência de ATER colocam os temas orientação sexual e idosos na mesma redação tornando o conteúdo sem efeito, tamanha a descaracterização. Tais agrupamentos de categorias e públicos são decorrentes do esforço de visibilização e intersecção das relações de desigualdade. As desigualdades de gênero e raça, por exemplo, são inter-relacionadas, posto que têm origem nas relações hierárquicas e exigem a intersecção na compreensão e definição de estratégias de promoção da igualdade. Entretanto, o agrupamento descontextualizado invisibiliza as condições e necessidades de cada público específico. A ação eficaz da ATER está estritamente ligada com a compreensão integral do público beneficiário, no qual a metodologia e abordagem são determinantes e devem ser precisas para um maior sucesso. Logo, compreender a origem, relações, condicionantes e estratégias de transformação das relações de desigualdades é de extrema importância para o trabalho extensionista.

No que se refere à abordagem de gênero houve muitos avanços no campo da ATER o que faz com que outros públicos como jovens e povos e comunidades tradicionais busquem a mesma estratégia por meio da visibilidade. É preciso contextualizar que a perspectiva de gênero foi construída na PNATER com um esforço combinado de diferentes estratégias e com grande envolvimento do conjunto de representações do Estado, movimentos sociais e as próprias trabalhadoras rurais.

Mesmo com o reconhecimento dos avanços é preciso destacar alguns gargalos na metodologia e orientação da prestação de ATER. Os trabalhos com as mulheres ainda estão

focados na articulação, mobilização e informação sobre políticas públicas. Existe uma lacuna no desenvolvimento de capacidades técnicas orientadas à produção sustentável. Há uma carência de pesquisas, estudos e registros a respeito de tecnologias e infraestrutura adequadas de manejo, convivência com biomas, sistemas de produção entre outros. Outro desafio é garantir que as mulheres tenham assistência técnica direcionada à comercialização com aprimoramento de armazenagem, abastecimento, precificação e agregação de valor a produção.

### ***5.3 Participação e articulação social***

No final dos anos 1970 as mulheres do campo começam sua organização social e política com a constituição da Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais, formada a partir dos sindicatos, movimentos de mulheres autônomos regionais (Farias, 2001). Já no final da década de 1980 as trabalhadoras rurais tiveram protagonismo no processo de debate em torno da Assembleia Constituinte (Butto, 2011). Elas asseguram importantes conquistas no âmbito da efetivação da cidadania, afirmaram a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mecanismos legais de direitos a terra e garantiram o acesso a previdência social.

Nos anos 1990 as mulheres rurais fortaleceram suas organizações por dentro de movimentos mistos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Via Campesina. A organização das mulheres em ambientes mistos é resultado da prática social delas e de sua afirmação cotidiana como sujeitas políticas e de direitos (Hora e Butto, 2014).

Ainda na década de 1990 surgiram muitas organizações exclusivas de mulheres rurais com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), em 1993, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) integrante da Via Campesina. Além destes, destaca-se também a participação das mulheres extrativistas no Conselho Nacional dos Povos Extrativistas (CNS) organizado em 1985, e que conta com a Secretaria da Mulher Extrativista, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF Brasil) fundada no início dos anos 2000, que tem em sua estrutura a Coordenação de Mulheres.

Desde a década de 1990 as mulheres rurais realizaram importantes atos políticos que conformaram sua agenda de lutas e fortaleceram suas organizações como encontros nacionais, seminários, congressos entre outros. A maior expressão política dos movimentos de mulheres

rurais é sem dúvida a Marcha das Margaridas que já teve 4 edições nos anos 2000, 2003, 2007 e 2011. Esta marcha traz um conjunto de demandas por políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas, desde acesso a cidadania, saúde, educação, combate a violência contra as mulheres e direitos econômicos. A Marcha das Margaridas reúne um conjunto significativo de movimentos em sua organização o que é de grande relevância, considerando as múltiplas forças políticas nos movimentos sociais do campo. As mulheres conseguiram construir uma agenda política unificada em torno de questões essenciais a sua autonomia. Compõem a organização da Marcha das Margaridas: CONTAG, MMTR/NE, CNS, MIQCB, Marcha Mundial das Mulheres, CUT, CTB, Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), União Brasileira de Mulheres (UBM), Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponos e Indígenas do Mercosul Ampliado (COPROFAM) e Rede de Trabalhadores Rurais Latino-Americana e do Caribe (Rede LAC).

As mobilizações das mulheres do campo, o fortalecimento de sua agenda e o reconhecimento social de suas reivindicações criou condições favoráveis para a formulação de políticas públicas. Também contribuiu para a afirmação de uma agenda de caráter feminista no desenvolvimento rural (Butto, 2011). A institucionalidade para as mulheres criada no governo federal com a SPM/PR e a DPMRQ/MDA promoveu inovações em relação às instâncias existentes, como o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e propiciou a criação de novos espaços de discussão e participação.

O MDA tem sua trajetória, desde 2003 marcada pelo amplo e permanente diálogo com os movimentos rurais do campo, tanto por meio de instâncias formalizadas como por momentos emblemáticos de mobilização. Além do Condraf que é o espaço de debate e concertação por essência, a agenda do MDA é, marcada por negociações com o conjunto dos movimentos, ocorridas nos primeiros meses do ano, antecedendo os anúncios do Plano Safra<sup>15</sup>. Destacam-se as mobilizações da Contag (Grito da Terra Brasil), Fetraf (Jornada de Lutas) e MST (Abril Vermelho). As propostas e encaminhamentos decorrentes das negociações ocorridas entre o MDA e o conjunto dos movimentos incidem sobre a organização do Plano Safra.

A DPMRQ seguindo a orientação política do ministério adotou desde 2003 um processo contínuo de diálogo com o conjunto dos movimentos sociais das mulheres rurais, bem como com seus grupos produtivos. A Diretoria de Mulheres implementou um processo

---

<sup>15</sup> Plano estruturado desde 2003 que segue o calendário agrícola (julho a julho), contendo medidas e orçamento de incentivo a produção agrícolas, especialmente de crédito, seguro, assistência técnica e comercialização.

permanente de construção das políticas e ações dirigidas as mulheres que aqui será tratado como uma das estratégias fundamentais para a incorporação da perspectiva de gênero na PNATER. Para tanto, serão brevemente contextualizados os espaços e instâncias de participação e gestão social e, na sequência serão tratadas as estratégias adotadas e os principais avanços decorrentes.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf) foi instituído em 1999, na estrutura do MDA com o objetivo de propor diretrizes para formulação e implementação de políticas públicas. O conselho tem composição paritária entre sociedade e governo e se constitui em um importante espaço de concertação e articulação entre os diferentes atores e atrizes envolvidos na pauta do desenvolvimento rural. Participam deste conselho 19 representações de governo, nas suas três esferas e, 19 representações de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil. Dentre as 38 organizações representadas apenas três são de mulheres, sendo a Diretoria de Mulheres da Contag e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste pela sociedade civil e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) pelo governo.

Atualmente o Condraf conta com 9 comitês permanentes: ATER, assuntos internacionais, fundo de terras e reordenamento agrário, desenvolvimento territorial, mulheres, juventude, povos e comunidades tradicionais, reforma agrária e cooperativismo. O Comitê de ATER foi instituído em 2004 como instância de articulação e proposição do Condraf no âmbito da gestão nacional da PNATER. A participação de organizações representativas das mulheres é precária, sendo a indicação inicial do MMC e posteriormente do MIQCB e Contag. O acompanhamento das representações da sociedade civil se mostra descontinuada ao longo dos anos. Em 2008 a DPMRQ passou a integrar este comitê, assim como outras secretarias do MDA. Com a participação da DPMRQ e de representações de movimentos de mulheres rurais a pauta de gênero na PNATER ganhou mais força e passou a ser gradativamente integrada a agenda do conjunto da agricultura familiar debatido nesta instância.

O Comitê de ATER tem uma dinâmica ativa e efetiva ante aos demais, avançando para a qualificação de instrumentos, elaboração de propostas e avaliação da PNATER. A 1ª Conferência Nacional de Ater, realizada em 2012, foi coordenada por este comitê e, a partir deste evento abriu uma agenda intensa de debate e construção sobre as propostas aprovadas. A realização da Conferência e o processo aberto posterior a ela marcaram forte e positivamente a intervenção das mulheres na PNATER, com maior valorização da agenda e ampliação da participação das representações. Em que pese à efetividade deste comitê e a

ampla participação da sociedade civil, a garantia de representação das mulheres tem sido uma dificuldade para avançar em determinadas pautas.

Após a realização da 1ª CNATER abriu-se uma agenda coordenada pelo GT de ATER do Condraf para discutir e construir propostas na esfera estratégica e na operacional. Para o debate da agenda estratégica criou-se um subgrupo do Comitê de ATER, denominado Grupo de Trabalho Estratégico (GTE) e o Grupo de Trabalho Operacional (GTO). O GTE foi criado para discutir e apresentar uma proposta para a estruturação da agência de ATER, que fora anunciada pela Presidenta da República no lançamento do Plano Safra Agrícola e Pecuário de 2012. O GTO, outro subgrupo, debruçou-se sobre a qualificação da elaboração das chamadas públicas de Ater, considerando as propostas discutidas na conferência. Estes dois subgrupos tiveram a ampla e majoritária participação dos movimentos sociais.

Desde 2009 as ações de Ater passaram a ser discutidas no Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR). Este comitê é composto por 15 representantes de movimentos sociais que são: Fetraf, Contag, MST, Conselho Nacional de Seringueiros, MMTR/NE, MIQCB, GT de Mulheres da ANA, Rede Xique Xique, Rede de Produtoras da Bahia, MMC, Rede de Mulheres do Noroeste do Pará, Rede Economia e Feminismo, Associação Nacional das Pescadoras, Rede de Produtoras do Nordeste e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Pelo governo estão representadas 5 órgãos, além do MDA, SPM/PR, MDS, Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Conab/MAPA e MTE. A ATER passou a ser discutida neste comitê pelo entendimento de que esta política é central e articuladora das demais ações que compõem o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais. No Comitê Gestor do POPMR foram discutidas a orientação das chamadas públicas, propostas de formação de agentes, qualificação de demandas e avaliação da execução da política.

O esforço empreendido pela DPMRQ e pelas organizações representativas das mulheres rurais foi de articular as iniciativas e agendas, especialmente aproximando o Comitê Gestor do POPMR e a Rede Temática de ATER. Soma-se a esta iniciativa de articulação entre as instâncias a ação em Territórios Rurais<sup>16</sup> e da Cidadania<sup>17</sup> executada pelos convênios Mulheres e Autonomia. Por meio destes convênios foram desenvolvidas ações de diagnóstico sobre a implementação e políticas públicas, formação, mobilização entre os diferentes

---

16 O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) é implementado pela SDT/MDA desde 2003 e conta com a parceria de diversas instituições da sociedade civil, nos governos federal, estaduais e municipais. A SDT atua nos territórios apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa.

17 Programa criado em 2008 pelo Governo Federal com os objetivos de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A definição de Territórios da Cidadania obedece a critérios de concentração de pobreza rural, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas entre outros.



gestores locais. Em todas as 411 atividades realizadas nos territórios as entidades prestadoras de ATER participaram ativamente recolocando estes atores como colaboradores nos projetos de apoio a organização econômica das mulheres. No âmbito da ATER a execução destes convênios teve fundamental importância na divulgação da Lei 12.188/2010 e na identificação e qualificação demandas, conforme tratado anteriormente.

A busca pelo envolvimento das mulheres desde o local é parte de uma metodologia que reconhece os processos desiguais de participação, acesso a informação e forma de abordagem que excluem as mulheres historicamente dos processos políticos e econômicos. Considerando esta premissa, o desenvolvimento de estratégias direcionadas a participação das mulheres requer o envolvimento do conjunto de agentes públicos e da sociedade organizada no processo de visibilização da agenda delas.

A estratégia de buscar ampliar as relações de articulação política e social propiciou maior conhecimento e reconhecimento das desigualdades de gênero, bem como a unificação em torno de agendas e propostas. Este processo foi fundamental para maior incidência da agenda das mulheres nos momentos de debate e tomada de decisão sobre as políticas públicas. É preciso considerar, também, a experiência concreta acumulada pelos movimentos de mulheres, tanto em relação as suas pautas específicas, como em torno da construção e aprofundamento da democracia, contribuiu para a conformação da agenda conjunta governo-sociedade (Dagnino, 1994).

A ampla articulação e mobilização foi instrumentalizada por ambientes de mobilização, discussão, mediação, e pactuação de agendas e propostas unificadas em torno de temas e pautas prioritárias. A mobilização organizada desde o local tem provocado à ampliação da participação das mulheres em todas as etapas e processos preparatórios aos momentos de debate e proposição como Conferências, seminários, plenárias entre outros. O envolvimento das mulheres rurais desde os territórios até o âmbito nacional, somente é possível dado o compromisso político assumido entre movimentos sociais e governo para avançar na agenda da autonomia das mulheres.

A mobilização das mulheres e suas organizações é acompanhada de discussões sobre conteúdo e estratégia de intervenção. A conformação de uma pauta prioritária unificada é fruto de mediações e pactuações construídas com o conjunto das organizações públicas e da sociedade organizada. Este processo se mostrou eficaz para as conquistas no campo da PNATER e de outras políticas públicas de desenvolvimento rural. A agenda das mulheres na ATER foi ampliada e conquistou resultados significativos como a formulação e implementação da ATER para Mulheres, organização da Rede Temática de ATER para

Mulheres, paridade na composição das equipes técnicas, paridade na composição da delegação da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e definição de 50% de atendimento as mulheres pela ATER.

Em que pese estes avanços é necessário consolidar a participação das mulheres nos espaços de concertação garantindo maior efetividade da representação delas e compromisso com a socialização de informações, agendas e propostas. Ainda é comum a realização de atividades e discussões sem a participação das mulheres ou conhecimento com relativa antecedência.

Outro desafio é descentralizar os processos de construção coletiva de chamadas públicas de ATER e definição de estratégias. Especialmente na reforma agrária os processos são descentralizados para as Superintendências do Incra, responsáveis pela elaboração das chamadas públicas e pela contratação das entidades. Nestes espaços estaduais as mulheres têm participando de forma precária na elaboração das chamadas, que é ocupado majoritariamente pelos homens.

A agenda estratégica da PNATER para o próximo período deverá ser centrada na construção da Agência Nacional de Ater (ANATER) cuja criação da Lei foi em 2013. Um dos desafios colocados para a estruturação e implementação da ANATER é garantir o amplo processo de participação e mobilização social que marcou a década de 2003 a 2013 com a implantação da PNATER. No que diz respeito a agenda das mulheres deve ser objeto de esforço conjunto entre o governo federal e os movimentos sociais a garantia de uma institucionalidade responsável pelo tema que possa efetivar o aprofundamento e qualificação dos instrumentos operacionais e de monitoramento da execução, além de viabilizar processos participativos e de articulação com as representantes das mulheres rurais em todas as etapas de construção e implantação desta Agência.

#### ***5.4 Considerações finais***

A análise da história da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na última década permite afirmar que a estratégia de institucionalização desta incorporou a perspectiva de gênero de forma significativa. Se em 2003 o debate se deu em torno da retomada dos serviços e de construção da política, em 2013 tem-se uma lei específica que institucionaliza o tema e outra que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A PNATER promoveu uma profunda mudança na metodologia de trabalho e orientação da prestação de serviços. Afirmou a agroecologia como matriz produtiva, a pedagogia humanista e participativa como método de abordagem e o reconhecimento de públicos específicos como beneficiários da política, conforme exposto no capítulo 4. No processo de implementação da PNATER as mulheres foram visibilizadas como beneficiárias da política por meio de ações afirmativas, especialmente por meio da ação de ATER para Mulheres e da elaboração e adoção de metodologias adequadas ao estímulo de sua participação na produção.

A qualificação de instrumentos operacionais da PNATER permitiu efetivar a prestação do serviço para as mulheres, bem como identificar as suas demandas. O reconhecimento das mulheres como sujeitos do desenvolvimento rural problematizou a lógica *familista* até então vigente nas políticas públicas dirigidas para a agricultura familiar. A determinação de percentual de atendimento para elas nos chamamentos mistos de ATER contribuiu significativamente para a valorização e visibilização do trabalho das mulheres rurais.

A incorporação da perspectiva de gênero na PNATER foi possível por força da institucionalização da Diretoria de Políticas para as Mulheres no âmbito do MDA. A operacionalização de metodologias e a formação de equipes técnicas promoveu a adequação gradativa da prestação dos serviços orientados ao protagonismo e a participação das mulheres. A articulação e participação social entre o governo e os movimentos sociais e sociedade organizada teve grande importância para os avanços na perspectiva de gênero na PNATER. A construção de uma agenda unificada em torno desta política possibilitou importantes conquistas no campo da ATER, conforme abordado no capítulo 5.

As estratégias de incorporação da perspectiva de gênero na PNATER foram determinantes para a consolidação da agenda da autonomia das mulheres no conjunto das políticas mistas. A combinação entre medidas afirmativas de caráter diferencialista e aquelas transformativas com intervenção universalista são capazes de promover a efetiva participação das mulheres e avançar em políticas de construção da autonomia econômica delas.

Em que pese os avanços da PNATER na incorporação da perspectiva de gênero cabe destacar que permanecem inúmeros desafios à efetividade da prestação dos serviços para as mulheres, apontados ao longo desta pesquisa. Destacam-se a necessidade de sistemáticas de monitoramento e avaliação dos serviços prestados as mulheres, maior capilaridade na formação das equipes técnicas, efetivar a participação delas em todas as etapas de construção da política, desde as orientações até os instrumentos.

## Referências

BUTTO, A; HORA, K. E. R. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. In MDA/NEAD. Mulheres e Reforma Agrária. Brasília: MDA, 2008

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação. Vol.16, nº 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2003

CAPORAL, Francisco. **A redescoberta da Assistência Técnica e Extensão Rural e a implementação da Pnater: nova âncora para a viabilização de acesso a políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 2008.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In. Anos 90 política e sociedade no Brasil. DAGNINO, E. (org.). Ed. Brasiliense, São Paulo, 1994

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: a experiência do PT na Prefeitura de São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2007.

VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural DUARTE, Laura M. G.; SILIPRANDI, Emma. Noviembre del 2006 Quito, Ecuador

FARIA, N. **Gênero e Políticas Públicas**. In Feminismo e luta das mulheres: análise e debates. NOBRE, M. FARIA, N. SILVEIRA, M.L. Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, 2005

FARIAS, Maria Dolores Mota. **Nem caladas, nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais** In: FERREIRA Mary (org) Os poderes e os saberes das Mulheres: a Construção do Gênero. Salvador: Redor, 2001.

FRASER, Nancy. **“Justice Interruptus: Critical reflections on the post-socialist condition”**, Routledge, Nova York, 1997.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Ed. Atlas. 2ª Ed. São Paulo, 1999

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. Vol. 13, nº 34. São Paulo, 1995

HORA, K. **Papel da Ates no desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária com enfoque de gênero**. Consultoria Ater/2008

HORA, K; BUTTO, A; **Políticas Públicas para as mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania**. In. Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. BUTTO, A; FARIA, N et al. (Orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2014

MOLINA, C. **Tensões entre políticas públicas gerais e setoriais para mulheres rurais: o caso da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Monografia apresentada a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para obtenção do título em Gestão Pública

NOBRE, M. **Relações de gênero e agricultura familiar**. In Feminismo e luta das mulheres: análise e debates. NOBRE, M. FARIA, N. SILVEIRA, M.L. Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, 2005

PAPA, F.C. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil – Percursos de uma pré-política**. Dissertação de mestrado apresentada à Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2012

KERGOAT, D; HIRATA, H. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. Genre, Travail, Mobilités, Centre National de la Recherche Scientifique. Cadernos de Pesquisa, V. 37, set/dez 2007

KREUTZ, I. J. LEITE, S. CAZELLA, A. **A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade**. Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan – Dez de 2005. Santa Maria, Rio Grande do Sul

SANTOS, Boaventura S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES nº 135, 1999.

SILVA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: avanços e desafios**. Artigo apresentado em Congresso da ALASRU, s/l e s/d

SPECHT, A. **Texto técnico com síntese das demandas de ATER para as assentadas da reforma agrária das regiões norte e nordeste**. PCT/BRA/IICA/07/009 – Desenvolvimento Territorial, Brasília, 2011

WEITZMAN, R. **Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural**. In. Autonomia e Cidadania: Políticas de Organização Produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, A. DANTAS, I. (Org.) MDA, Brasília, 2011

Brasília. Lei 12.188/2010 de 11 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 12 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=12/01/2010>. Acesso em 15 de março de 2014

Brasília. Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 de junho de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm). Acesso em 15 de março de 2014

**Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, Brasília 2004. Disponível em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf> Acesso em 9 de março de 2014

TERRA VIVA. **Pesquisa sobre a incorporação de conceitos, metodologias e ferramentas para trabalho com mulheres e relações sociais de gênero na política nacional de assistência técnica e extensão rural**. CARTA DE ACORDO – 90/ 2008. FAO/MDA Bahia.

Relatório da Conferência Nacional de Mulheres preparatória à 1ª CNATER. Documento interno do MDA consultado em maio de 2014

Relatório da 1ª Conferência Nacional de Ater (CNATER). Documento interno do MDA consultado em maio de 2014